

AS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DE JOVENS E ADULTOS

Rodrigo Bellei Oliveira

Graduando em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: rodrigo_bellei@hotmail.com

Resumo

É comum discutirmos sobre o ensino de Geografia. Mas, e quando pensamos este ensino atrelado a um público expressivamente heterogêneo como é a Educação de Jovens e Adultos (EJA)? O ensino de Geografia para esta modalidade ainda é mnemônico, voltado para as exigências do mundo capitalista globalizado. Mas como romper com este antigo/atual paradigma? Este artigo irá contribuir os docentes de Geografia a tornarem o ensino desta disciplina algo próximo à realidade dos alunos. Ajudando-os a se emanciparem individualmente e socialmente e tornando-os críticos e dispostos a mudar sua realidade. Mas para isso, faz-se necessário pensar nas perspectivas educacionais esperadas para esta modalidade no Brasil.

Palavras-chave: Geografia, Ensino, EJA.

Abstract

It is common to discuss about the teaching of geography. But when we think and this coupled to a public education significantly heterogeneous as is the Youth and Adults (EJA)? The teaching of geography for this mode is still mnemonic, facing the demands of the globalized capitalist world. But how to break with this old / current paradigm? This article will help / encourage teachers to make geography teaching in this discipline something close to the reality of students. Helping them to become independent and socially and individually making them critical and willing to change your reality. But for this, it is becoming necessary to think about the educational prospects expected of this modality in Brazil.

Keywords: Geography, Teaching, EJA.

A Geografia sempre desempenhou um papel político, ideológico e social. Yves Lacoste em seu livro "**A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**" (1976) resume essa concepção. A guerra, por ele tratada, não é apenas uma guerra de armas e de dominação, mas principalmente, uma guerra de idéias, de teorias, de ciência. A Geografia, em busca de novos caminhos e de novas interpretações do mundo, se posiciona de uma forma crítica, direcionando sua contribuição para resgatar a importância do espaço no mundo atual.

Paralelamente a isso, a EJA, deve possibilitar uma leitura crítica e analítica do mundo, sempre

pensando na possibilidade permanente dos humanos de continuarem seu processo de libertação e humanização.

Com caminhos tão semelhantes, por que não unir o ensino de Geografia e as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, a fim de propiciar a emancipação dos sujeitos envolvidos? É possível o ensino de Geografia auxiliar neste aspecto? Quais as perspectivas para esta disciplina nesta modalidade?

Mas, antes de pensarmos essas questões, precisamos primeiramente entender o que representa a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O nosso sistema econômico – capitalista – marcou/marca o mundo por meio de suas desigualdades. Essas são evidenciadas pela verticalização da sociedade, pelas relações espaciais e sobre tudo econômicas. Mas hoje, após a valorização do conhecimento, que foi impulsionada pelas revoluções industriais, surgiu uma nova linha tênue divisória tanto em âmbito mundial quanto nacional, mas que ainda é baseada nas desigualdades: os alfabetizados/analfabetos¹ os letrados/ilustrados², ou seja, os que tiveram ou não acesso a educação.

Analisando a história brasileira e mundial, observamos que as discussões sobre o acesso e universalização da educação são antigas e que ainda perduram. A Constituição Imperial de 1824 já reservava a todos os cidadãos a instrução primária. Mas vale ressaltar que só eram considerados cidadãos os sujeitos livres e/ou libertos. Hoje, o acesso e a gratuidade à educação básica é garantida pela Constituição Federal de 1988. Mas duas questões são relevantes: o acesso a todos é realmente garantido? Se o acesso for garantido, existem condições suficientes para que os educandos permaneçam usufruindo de seu direito constitucional? Hoje é notável a expansão quantitativa do ensino básico, a fim de fazer jus à obrigatoriedade. Entretanto, as condições sociais adversas presentes; as sequelas de um passado ainda mais perverso e inadequados fatores administrativos de planejamento promovem a evasão escolar. É de se notar que, segundo as estatísticas oficiais, o maior número de analfabetos e de pessoas que tiveram acesso a escola, mas que não conseguiram permanecer nela, se constitui de sujeitos adultos e idosos, de regiões pobres, interioranas nas quais avultam taxas que atingem mais os grupos afro-brasileiros.

Segundo este raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos representa para o Brasil uma dívida social ainda não reparada ou em reparação; uma maneira de requalificar a força de trabalho brasileira; assegurar o direito promovido na constituição (1988, art. 208, inciso I) de que todos, independente da idade, deveriam ter acesso a educação e também

¹ Para SOARES (1998): (...) alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita (p. 19).

² A mesma autora diz: Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita (...) (p. 18) Assim, não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente (...) (p. 20)

de diminuir o alto índice de analfabetismo em nosso país, que segundo o IBGE³ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) chegou a 10% da população no ano de 2008⁴.

Observando as reformas educacionais, inclusive as que ocorreram na EJA, nota-se que elas estão intimamente relacionadas ao ajuste estrutural econômico vigente. Tais reformas tiveram como objetivo a integração daqueles que adquirem 'habilidades básicas' e que geram "competências reconhecidas pelo mercado" (FRIGOTTO, 2010, p. 16). Assim, a educação que hoje é um direito de todos, se transformou num instrumento político e econômico e ganhou o nome de 'formação profissional'. Ela tratará então de "serviços ou bens a serem adquiridos para competir no mercado produtivo – uma perspectiva educativa mercadológica, pragmática e, portanto, desintegradora" (FRIGOTTO, 2010, p. 16).

Assim, a EJA continua a caracterizar-se pela suplência e/ou substituição compensatória do ensino fundamental e médio. Esta modalidade, em nosso país, tem um caráter não meramente prático, mas também ideológico. O capital, que 'gerencia' e edita as políticas estatais – neoliberais – precisa garantir o discurso de que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento de um país. Com isso, ele transfere o fracasso das políticas econômicas para as carências efetivas de escolarização da população.

Portanto, fica claro, para que hoje se educa. Porém, deve a EJA compartilhar com esses propósitos, como vem fazendo historicamente? Discutindo sobre o tema, RODRIGUES (2010) relata o que se deve levar em consideração ao se definir políticas educacionais para EJA. Segundo ele é necessário:

(...) definir seus objetivos e estratégias a partir das condições de existência, das formas de pensar e das atividades desenvolvidas pela participação decisiva de seus integrantes e não pelas pressões de adestramento e qualificação da mão-de-obra em virtude da concorrência capitalista. (RODRIGUES, 2010, p. 48).

Sendo assim, projetos, programas temporários, apenas experimentais não constituem políticas de Estado permanentes, universais; assim como deve ser a educação.

³ Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) uma pessoa analfabeta, "não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece".

⁴ De acordo com a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** de 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br.

Faz-se necessário então, como já mencionado anteriormente, romper com esse paradigma. Pensar a inclusão escolar como solução para as desigualdades e para a exclusão, cuja origem é social, faz nos restringir a pensar apenas o acesso escolar e na qualificação do sujeito. Esse reducionismo despreza os determinantes estruturais da qualidade educacional.

A Educação de Jovens e Adultos deve estar intimamente ligada à qualidade de vida dos sujeitos envolvidos e isso não passa necessariamente pela qualificação profissional. E esta qualidade está intimamente relacionada à prática construtiva. Nessa perspectiva a educação para jovens e adultos não pode ser vista apenas como situação de sala de aula, com mero repasse de informações. Os alunos precisam de um espaço onde possam exercer sua criatividade e participarem no processo criativo do conhecimento. Assim, a prática se unirá aos fundamentos teóricos. Esses educandos precisam ser vistos como sujeitos do processo e não coadjuvantes dele, para que a leitura ou 'visão de mundo' seja estimulada/realizada (FREIRE, 2000a).

Para que consigamos romper com as barreiras da desigualdade e superar as relações de não reconhecimento, a EJA precisa externalizar suas propostas e projeções, que convergem para a transformação da sociedade atual em uma mais justa. Somente assim, "ela ganhará força e conseguirá alcançar novos paradigmas, que a levarão para além das concepções assistencialistas" (RODRIGUES, 2010).

Mas como então o ensino de Geografia pode auxiliar neste aspecto?

No primeiro momento faz-se necessário os professores desta disciplina mudarem sua percepção sobre a EJA, visto que, de forma geral, encaram esta modalidade como um grupo homogêneo. Nesta perspectiva desconsidera-se a heterogeneidade social, as diversidades culturais e o pluralismo de valores (RODRIGUES, 2010). Pensar o desenvolvimento humano e, portanto a educação em uma perspectiva sócio-histórica é pensar o indivíduo como um sujeito e não apenas como um aluno, ou seja, com seus sentimentos, suas vivências, experiências e opiniões; entendendo a mente humana como um produto social e não como mero produto resultado de domínios ideológicos. Sendo assim, cada indivíduo/sujeito possui uma carga de experiências diferente, logo, são heterogêneos e formam um grupo (EJA) indiscutivelmente heterogêneo.

Com isso, A aprendizagem do jovem e do adulto deve se estabelecer a partir da relação do conteúdo trabalhado pelo professor (e, portanto ele se torna um personagem fundamental) e também pela demonstração desses conteúdos na vida prática. Comentando

sobre isso, PINTO (2003, p. 83) relata que "o educador tem de considerar o educando como um ser pensante. É um portador de idéias e um produtor de idéias, dotado freqüentemente de alta capacidade intelectual", assim sendo, compete ao educador praticar um método crítico, que dê ao aluno a oportunidade de atingir uma consciência crítica instruída, de si e de seu mundo. O método, o conteúdo e o currículo não podem ser impostos ao aluno, e sim propostos. Segundo SOUTO:

A base para o funcionamento do ensino via pesquisa é o *interesse* das pessoas que participam do processo educativo, produzindo-se, desse modo um máximo de motivação para o aprendizado. Assim, o currículo é construído na mediação com os sujeitos envolvidos e seus saberes, com a prática docente dos/as professores/as e de todos os profissionais que atuam no curso. Essa concepção de ensino, além de romper com a fragmentação do conhecimento organizado nos currículos em disciplinas escolares, potencializa os conhecimentos adquiridos e utilizados pelos/as estudantes ao longo de sua vida (...). (SOUTO, 2009, p.42).

Os conteúdos devem ser selecionados, não baseados num currículo 'estanque/engessado', programado muitas vezes por pessoas que não conhecem as reais necessidades/aspirações da turma. Referindo-se a isso PICONEZ (2002) diz que:

Apenas agregar saberes escolhidos em gabinetes administrativos, ao gosto de modelos de educação importados, não favorece o desenvolvimento da autonomia e a criatividade crescente que se espera. (PICONEZ, 2002, p.25).

Ao contrário disso, o currículo deve ser flexível e adaptável ao que o sujeito objetiva conhecer, sem, é claro, deixar de explorar conteúdos essenciais. Devem ser adequados às etapas do processo de autoconsciência crescente do mesmo, bem como uma contribuição para a possível melhora nas condições de vida humana. Ou seja, o papel do professor (inclusive o de Geografia) é orientar o educando para que este seja capaz de ler, interpretar, analisar e avaliar criticamente, não apenas os conteúdos básicos da educação, mas principalmente os fatos, informações, que ele julgue relevante para si.

Para tanto, é preciso romper com a percepção da Geografia como um grande 'armário', onde cada 'gaveta' se torna um conteúdo. Como entender a importância do "Clima" sem relacioná-lo a "Vegetação", ao "Relevo" e ao próprio "Homem"? Como perceber/

entender o espaço e a relação homem-meio (MOREIRA, 2006) se o homem é estatístico, representado por números (mortalidades, densidades, natalidades etc.) e a natureza é meramente física e descritiva? Os conteúdos e temas não podem ser tratados pelo professor como distintos e independentes, mas ao contrário, devem estar sempre relacionados aos demais assuntos/conteúdos e temas discutidos. Também se faz necessário demonstrar a aplicabilidade e a importância dos assuntos e dos temas, em sala de aula, ao cotidiano do aluno. Promovendo tais diálogos, o professor desenvolverá assuntos relevantes e significativos que levem o educando a conhecer a si próprio, o meio ao qual faz parte e correlacionar este local, com o global, transferir a teoria para a prática e vice-versa.

Essa sistematização de conteúdos, que hoje infelizmente é utilizada, promove segundo MOREIRA, a transformação dos sujeitos em homens atópicos. Sobre este 'homem atópico' ele relata:

É um ser presente-ausente, um ser que está, mas não consegue ser. Está em relação com a paisagem, o meio e o espaço, mas paradoxalmente não é nenhum deles. Não é paisagem, não é meio e não é espaço, assim como não é natureza e não é sociedade. Está em cada quadro, mas embutido, não é. Isto porque paisagem, meio, espaço, natureza, sociedade e homem relacionam-se em recíprocas relações de fora. (MOREIRA, 2006, p. 118 e 119).

Isso é justamente o que observamos no ensino hodierno da Geografia e que é um reflexo da academia.

O que se observa hoje, é que os professores de Geografia não recebem orientações teóricas e práticas satisfatórias em sua formação inicial e continuada, para trabalhar com a heterogeneidade da Educação de Jovens e Adultos. Com isso, sem conhecimento necessário para cumprir com os objetivos e intenções dessa modalidade, acabam por empregar metodologias tradicionais, literalmente copiadas do ensino regular de crianças e adolescentes.

Comentando sobre isso, ARBACHE (2001) critica a ausência de uma formação inicial específica ao professor da EJA na academia e menciona a importância do educador que atuará nesta modalidade, receber treinamentos teóricos específicos. Para ele, a educação de jovens e adultos:

(...) requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente. (ARBACHE, 2001, p. 19).

As universidades precisam estar preparadas para formarem verdadeiros educadores. Ela deveria, neste sentido, desempenhar pesquisas educacionais e didáticas, estudar modelos alternativos de formação inicial e continuada e preocupar-se com a formação dos formadores. Neste último ponto, uma pergunta se faz relevante: por que não exigir dos formadores experiência na "rede de ensino"? Como poderão preparar os futuros professores a enfrentarem as adversidades/diversidades existentes nas diversas modalidades educacionais, se eles mesmos não tiveram contato com elas?

Outra questão a ser levantada se diz respeito às metodologias empregadas nos cursos de licenciatura de Geografia. As aulas, de uma forma geral, oscilam entre uma aula comum "magistral" e seminários. Não se observa o uso intensivo de materiais/recursos didáticos diversificados nas disciplinas desses cursos. Mas, como o futuro professor poderá usá-los/criticá-los sendo que não os experimentou durante a sua formação inicial?

O professor, para 'tornar a Geografia real', precisa utilizar de situações reais e métodos de discussão em grupo. A partir de problematizações pré-elaboradas, utilizando-se de recortes do espaço com objetos bem definidos, possibilitando gradativamente que os conhecimentos adquiridos de modo informal se juntem aos saberes geográficos escolares, estaremos estimulando os alunos a estabelecerem relações entre o seu cotidiano e os diferentes espaços geográficos em suas diferentes escalas: o local, o regional, nacional e global. E para tal, faz-se necessário avaliar previamente as necessidades de cada turma, a fim de os problemas ou casos propostos estejam em sintonia com o grupo, uma vez que, os alunos jovens e adultos sintam-se motivados a aprender quando entendem as vantagens e benefícios do aprendizado e dos conteúdos desenvolvidos. Assim, transmitiremos a sensação de que aquela atividade está mudando a vida de todos (tanto do discente quanto a do docente) e não simplesmente preenchendo 'espaços vazios' em seus cérebros.

Outro aspecto a qual o professor de Geografia deve estar preparado e disposto a promover/colaborar em sala de aula, se diz respeito à interdisciplinaridade. Comentando sobre este tema SANTOMÉ afirma que

a interdisciplinaridade implica em uma vontade e compromisso de elaborar um contexto mais geral, no qual cada uma das disciplinas em contato são por sua vez modificadas e passam a depender claramente umas das outras. (SANTOMÉ, 1998, p. 73).

Como pode-se perceber, a ação pedagógica através da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. Um projeto interdisciplinar de educação deverá ser marcado por uma visão geral da educação, num sentido progressista e libertador (MORIYÓN, 1989). Esta prática favorecerá as ações que buscam ampliar a capacidade do aluno em expressar-se através de múltiplas linguagens e novas tecnologias, bem como posicionar-se diante da informação e interagir de forma crítica e ativa, com o meio físico e social.

A Geografia, através da análise crítica, possibilita ao educando uma melhor compreensão e, em conseqüência, uma melhor e maior adaptação (ou não) ao novo, às constantes e profundas mudanças que vêm ocorrendo – diariamente – no mundo. Assim, os sujeitos envolvidos, não desenvolverão apenas sua emancipação pessoal, mas também a social. E elas, juntas, propiciarão a ele, uma compreensão real do mundo; a análise crítica dos acontecimentos e a possibilidade de se fazer boas opções. Entretanto, na maioria das vezes, o estudante da EJA não tem esta percepção da Geografia, já que no passado, quando freqüentavam os bancos escolares, ela era uma disciplina escolar apenas de descrição, conceitualização e memorização, não correlacionando a teoria com a prática – embora hoje isto também ocorra em alguns estabelecimentos de ensino. Sem este elo teórico-prático, o aluno não vê aplicabilidade para esta disciplina em sua vida e assim, seu interesse também não é dos maiores.

Torna-se evidente a necessidade de, hoje, rever alguns aspectos metodológicos, o vocabulário, a falta de clareza na hora de dar significância aos conteúdos a serem estudados, os recursos e técnicas utilizados e em especial no trabalho interdisciplinar, o que motiva o estudante, o qual passa a perceber que o mundo é um só e não partes isoladas, como muitas vezes é obrigado a entender na escola.

E para que sinta prazer em aprender, o sujeito precisa sentir-se peça-chave do processo, sendo suas contribuições e/ou dúvidas, os elementos centrais da aula. O saber geográfico deve contribuir para a formação de um cidadão crítico, democrático e transformador da realidade, enfim, que seja capaz de expressar e usufruir das diversas dimensões formadoras da vida adulta – cultura, trabalho, lazer, religião e o conhecimento escolar. O contexto geográfico precisa ainda, e acima de tudo, respeitar os saberes e a história pessoal e coletiva e a identidade dessa população, tão sofrida e excluída do contexto sócio-econômico-político e cultural.

Neste momento, entra a Geografia escolar, que através de conteúdos práticos, concretos e atuais, ajuda-o neste processo de construção do conhecimento, uma vez que estes educandos buscam aprender conteúdos que contribuam para suas atividades profissionais e/ou para resolver problemas, do seu dia-a-dia.

O ensino da Geografia coloca a todos uma considerável responsabilidade: a ‘formação’ de cidadãos. Este fator torna-se essencial, em especial, quando trata-se de jovens e adultos, que já fazem parte de uma comunidade e necessitam ser ativos dentro dela. Desta forma, o estudo da Geografia na EJA deve estar voltado ao local, entretanto sem esquecer o global, uma vez que, na era da globalização precisamos ser voláteis e compreender as inter-relações existentes no planeta. É preciso mostrar aos educandos os recursos tecnológicos e dar subsídios intelectuais para que ele os compreenda e aplique este conhecimento em seu ambiente familiar, comunitário e profissional. Faz-se necessário ainda, combater os preconceitos, enfatizar a ética, o respeito aos direitos alheios e às diferenças e a sociabilidade, bem como desenvolver habilidades como: raciocínio, aplicação/elaboração de conceitos, capacidade de observação e de análise crítica, dentre outros.

A metodologia utilizada precisa trazer os conteúdos sempre para a realidade e a vida cotidiana dos educandos, para assim proporcionar interesse e compreensão, visto que estes, na maioria das vezes, sentem dificuldade em se projetar no espaço/território desconhecido. As aulas devem ser dinâmicas e criativas, o professor necessita proporcionar um ambiente de aprendizado e satisfação, isso pode ser atingido através de debates, trabalhos em grupo, vídeos, músicas, manuseio de revistas, jornais e discussão de notícias que estão na mídia. Enfim, o professor, deve cativar o aluno, visto que este tem uma jornada múltipla – trabalho, estudo, família, comunidade, lazer – e este é o ponto central que o diferencia das crianças e adolescentes do ensino regular.

Portanto, o estudo da Geografia na EJA deve abrir os horizontes do educando; buscar criar oportunidades que lhe propiciem uma vida digna e com qualidade; subsidiá-lo na compreensão de sua situação/posição na sociedade e desenvolver um espírito mais humano neste contexto onde o capitalismo e a globalização transformam as relações interpessoais. Para tal, a Geografia deve abordar questões polêmicas, atuais e que estão presentes no dia-a-dia do aluno, correlacionando-as com os aspectos geográficos, porém nunca deixando assuntos teóricos terem maior ênfase que os práticos. Para SAVIANI (2008, p. 45) “os conteúdos são

fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa". Os conteúdos realmente significativos e que merecem ser estudados são aqueles que possuem uma aplicabilidade na vida das pessoas. Mas como definir a relevância desses conteúdos geográficos?

Para defini-los, será necessário entender/compreender os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Geralmente são homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou que estão em busca de seu primeiro emprego. São moradores de periferias, favelas e também de áreas centrais, que estão marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais e que foram privados do acesso aos bens culturais e sociais; o que comprometem sua participação ativa no mundo do trabalho, na política e na cultura. Trazem a marca da exclusão social. São sujeitos formados por sua memória e experiência adquiridas em seu 'espaço vivido' (SANTOS, 1996). Muitos, nunca tiveram oportunidades de estudar, outros as tiveram, mas por diversos problemas a abandonaram. E que hoje, quando buscam uma escola, estão guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências do mundo do trabalho, visto que são, em geral, sujeitos que participam ativamente na garantia de sobrevivência de seu grupo familiar.

Assim, a educação para este grupo deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas manifestações culturais, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas demais esferas de organizações da sociedade civil (LDB, 1996).

Para SAVIANI (2008), conteúdos que abrangem os temas (geográficos ou não) já citados, são prioritários por que

o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. (SAVIANI, 2008, p.45).

Considerar a heterogeneidade desse público, quais seus interesses, suas identidades, suas preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola, suas habilidades, enfim, suas vivências;

torna-se de suma importância para a construção de uma proposta pedagógica que considere suas especificidades. É fundamental perceber quem é esse sujeito, com o qual iremos construir o conhecimento, para que os conteúdos geográficos a serem trabalhados façam sentido, tenham significado, sejam elementos concretos na sua formação, instrumentalizando-o para uma intervenção significativa em sua realidade. Com isso, o ensino de Geografia para EJA cumprirá com seus objetivos e contribuirá para emancipação individual e social dos sujeitos.

Porém, ao longo dos anos, tem se tornado característica do ensino de Geografia na educação de jovens e adultos a oscilação entre momentos de avanços e recuos, continuidades e interrupções, permanências e rupturas. Mas como diria FREIRE (2000b, p.55) "mudar é difícil, mas não impossível".

Referências Bibliográficas

- ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2001. Disponível em: <http://forumeja.org.br/gt18/files/ARBACHE.pdf_1.pdf>. Acesso em 25 de Julho de 2010.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18 de Abril de 2010.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. In: PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de jovens e adultos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional: Lei n. 5.692, de 11/8/1971, Lei n. 4.024, de 20/12/1961**. São Paulo: Imesp, 1981.
- _____. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais**. Rio de Janeiro: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD, 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qEu0WJZyNhEJ:www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php%3Fid_noticia%3D1455%26id_pagina+pnad+2008+analfabetismo+ibge&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: 02 de Agosto de 2010.
- _____. **Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos – Segundo Segmento de Ensino Fundamental**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 2002.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000b.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. G. **Cidadania e formação técnico profissional. Desafios neste fim de século**. Disponível em: < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/formacaotecnicaeducacao.html> >. Acesso em: 16 de Agosto de 2010.
- LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 2002.
- MORIYÓN, F. G. **Educação Libertária- Bakunin e outros**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- PICONEZ, S. C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas: Papirus, 2002.
- PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de jovens e adultos**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- RODRIGUES, R. L. Estado e Políticas para a Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Perspectivas para um Projeto de Formação Humana. In: **Coleção didática e Prática de Ensino**. DALBEN, A. et al. (Org.). Belo Horizonte: Autentica 2010. p.44-59.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. São Paulo: Artmed, 1998.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 40. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- SOARES, L. **O Educador de Jovens e Adultos em Formação**. 2003. Disponível em: <<http://189.1.169.50/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2030--Int.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2010.
- SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte : CEALE/ Autêntica, 1998.
- SOUTO, R. B. A EJA na cidade de Florianópolis. In: SILVA, B. da (org.). **Histórias e Trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização**. Florianópolis: editora: UDESC, 2009.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. In: PICONEZ, S. C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2002.